

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE LETRAS**

**Clara Albuquerque de Lanna Passos**

**CONSTRUÇÃO DO DISCURSO ACADÊMICO:  
entre a impessoalidade e a presença do enunciador**

**Mariana  
2025**

**CLARA ALBUQUERQUE DE LANNA PASSOS**

**CONSTRUÇÃO DO DISCURSO ACADÊMICO:  
entre a impessoalidade e a presença do enunciador**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa, do Departamento de Letras da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Língua Portuguesa.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Eliane Mourão

**Mariana  
2025**



## FOLHA DE APROVAÇÃO

**Clara Albuquerque de Lanna Passos**

Construção do discurso acadêmico:  
entre a impessoalidade e a presença do enunciador

Monografia apresentada ao Curso de Letras-Português da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Língua Portuguesa.

Aprovada em 22 de março de 2025.

### Membros da banca

Profa. Dra. Eliane Mourão - Orientadora (UFOP)  
Prof. Dr. Paulo Henrique Aguiar Mendes  
Profa. Dra. Soelis Teixeira do Prado Mendes (UFOP)

A Profa. Dra. Eliane Mourão, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 08/04/2025.



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Mourao, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 08/04/2025, às 20:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufop.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0892832** e o código CRC **07489A99**.

## **CONSTRUÇÃO DO DISCURSO ACADÊMICO: ENTRE A IMPESSOALIDADE E A PRESENÇA DO ENUNCIADOR**

Clara Albuquerque de Lanna Passos

### **RESUMO**

Este estudo investiga a relação entre a impessoalidade requerida na escrita acadêmica e a expressão da subjetividade autoral, com ênfase nos prefácios. Fundamentada nas teorias de Benveniste e Halliday, a pesquisa explora se as convenções discursivas de neutralidade conseguem efetivamente suprimir a individualidade do autor ou se certas marcas subjetivas emergem inevitavelmente. A análise considera como escolhas linguísticas específicas, desde pronomes até construções sintáticas, colaboram para construir ou disfarçar a presença do sujeito na escrita científica. O prefácio é destacado como um espaço privilegiado onde normas de impessoalidade dialogam com a manifestação do enunciador, revelando a complexidade inerente à construção do discurso acadêmico.

Palavras-Chave: Sujeito, impessoalidade, subjetividade, prefácio, discurso acadêmico.

**CONSTRUCTION OF ACADEMIC DISCOURSE:  
BETWEEN IMPERSONALITY AND THE PRESENCE OF THE SPEAKER**

Clara Albuquerque de Lanna Passos  
Eliane Mourão

**ABSTRACT**

This study investigates the relationship between the impersonal tone required in academic writing and the expression of authorial subjectivity, with a focus on prefaces. Grounded in the theories of Benveniste and Halliday, the research examines whether the conventions of neutrality effectively suppress the author's individuality or if subjective traces inevitably emerge. The analysis explores how specific linguistic choices, from pronouns to syntactic structures, contribute to constructing or concealing the author's presence in scientific writing. The preface is highlighted as a unique space where norms of impersonality intersect with the manifestation of the authorial voice, revealing the inherent complexity in constructing academic discourse.

Keywords: Subject, impersonality, subjectivity, preface, academic discourse.

**SUMÁRIO**

1 PALAVRAS INICIAIS	6
2 TEORIA DA ENUNCIÇÃO E LINGUÍSTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL	7
3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	11
4 CONCLUSÃO E PERSPECTIVAS	21
REFERÊNCIAS	22

## 1 PALAVRAS INICIAIS

A escrita acadêmica tem sido historicamente orientada pela busca da objetividade, considerada essencial para a credibilidade e validade científicas. Maria José Coracini (2007, p. 7) abre seu livro *Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da Ciência* citando Rubem Alves quando o autor argumenta que “o cientista não deve falar. É o objeto que deve se expressar através dele. Daí a necessidade de um estilo impessoal, vazio de emoções e valores: Observa-se, Constata-se, Obtém-se, Conclui-se. Quem? Não faz diferença...” (Alves, 1981, p. 149). Um dos mecanismos amplamente utilizados para alcançar essa suposta objetividade é a restrição ou proibição do uso da primeira pessoa do singular, o *eu*, nos textos acadêmicos. Essa prática visaria distanciar o autor do conteúdo, minimizando a impressão de subjetividade e assegurando que as ideias sejam apresentadas como fatos, não como opiniões pessoais.

Esse processo de impessoalização se manifestaria pelo uso predominante de pronomes e verbos na terceira pessoa ou na primeira pessoa do plural. Ambas as pessoas permitiriam que o foco permanecesse na pesquisa e nos resultados, evitando a personalização do discurso. Celso Cunha e Lindley Cintra (2008) descrevem os pronomes pessoais como representações das três pessoas do discurso: os pronomes *eu* e *nós* correspondem à primeira pessoa (quem fala); *tu* e *vós*, à segunda pessoa (a quem se fala); e *ele/ela* e *eles/elas*, à terceira pessoa (a pessoa ou coisa sobre a qual se fala). Este trabalho se deterá, no entanto, na terceira pessoa, como aquela que se opõe de fato à primeira.

O uso de uma ou outra forma traz implicações na construção textual. Por exemplo, ao usar a terceira pessoa, o autor recorre a estratégias como o uso de verbos na voz passiva, frequentemente omitindo o agente da passiva, ou emprega o pronome *se* com função de índice de indeterminação do sujeito. Exemplos típicos dessas construções incluem frases como: *Foi realizada uma análise detalhada...*, *Realizou-se uma comparação entre...*, *Conclui-se que...*. Desse modo, quais seriam as principais estratégias morfossintáticas e lexicais vinculadas ao uso de cada uma das pessoas visadas neste projeto?

As discussões sobre o uso de *eu* ou *ele* na escrita acadêmica vão, contudo, além das questões lexicais e morfossintáticas. É fundamental questionar se, de fato, a utilização da primeira pessoa evidencia a subjetividade do autor, enquanto o uso da terceira pessoa realmente a apagaria. Será que o discurso, independentemente da escolha pronominal, não acaba revelando a subjetividade do autor, já que é o sujeito, o

indivíduo, quem comunica e constrói significado? Nesse contexto, é possível que o enunciador se dissocie completamente como sujeito? Atualmente, argumenta-se que há uma intencionalidade inevitável no ato de escrever, afinal, “do ponto de vista discursivo, os enunciadores devem se responsabilizar por suas falas e pensamentos, fundamentados em suas experiências pessoais, representações, ideologias e convenções” (Coracini, 2007, p. 175).

Diante desse cenário, esta pesquisa investiga se, apesar da imposição de impessoalidade na escrita acadêmica e da restrição ao uso da primeira pessoa do singular, as marcas de subjetividade permanecem inevitáveis e se manifestam na estrutura sintática dos textos. Surge, então, a questão: a tentativa de suprimir a presença do enunciador no discurso acadêmico realmente alcança a objetividade pretendida ou apenas a disfarça por meio de outras formas de enunciação?

A pesquisa será conduzida por meio de uma abordagem qualitativa, com foco na análise de prefácios de textos acadêmicos. A escolha dos prefácios como objeto de estudo se justifica por serem espaços discursivos onde as normas de impessoalidade, características da escrita científica, convivem com a possibilidade de manifestação do sujeito enunciador. Esses textos funcionam como pontos de interseção, nos quais a busca pela neutralidade entra em diálogo com a presença do enunciador, que pode se manifestar de forma explícita ou sutil.

O objetivo central é investigar como as expressões e construções linguísticas nesses prefácios se ajustam ao critério de impessoalidade, ao mesmo tempo que permitem ou disfarçam a subjetividade do autor. A análise será orientada por uma abordagem interpretativa, buscando compreender de que maneira as escolhas linguísticas desses textos — suas estruturas e estratégias discursivas — dialogam com as convenções de neutralidade.

## **2 TEORIA DA ENUNCIÇÃO E LINGUÍSTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL**

A subjetividade é um elemento central na teoria linguística de Émile Benveniste, sendo considerada por ele a base fundamental da linguagem. Em seu livro *Problemas de Linguística Geral I*, no capítulo “*da subjetividade na linguagem*”, Benveniste argumenta que a linguagem não deve ser vista como um simples instrumento de comunicação, mas como o espaço onde o sujeito se constitui e se posiciona no discurso. Ele afirma: “É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito;

porque só a linguagem fundamenta na realidade, na sua realidade que é a do ser, o conceito de 'ego' "(Benveniste, 1995, p. 286).

Segundo Benveniste, a subjetividade está ancorada na capacidade do locutor de se propor como *sujeito* no ato da enunciação. Ele afirma que *é 'ego' que diz ego* (Benveniste, 1995, p. 286), sugerindo que a identidade do sujeito emerge exclusivamente no e pelo discurso. Essa perspectiva é complementada pela noção de diálogo, na qual *eu* e *tu* são categorias que só existem na relação interpessoal. Benveniste argumenta que a "consciência de si mesmo só é possível se experimentada por contraste. Eu não emprego eu a não ser dirigindo-me a alguém, que será na minha alocação um tu" (1995, p. 286): a subjetividade não é um dado anterior à linguagem, mas algo que se constrói no ato de enunciação, na medida em que o sujeito se apropria do *eu* e estabelece um interlocutor como *tu*.

Benveniste também distingue entre elementos pertencentes à estrutura da língua e aqueles que emergem nas instâncias do discurso: "Uns pertencem à sintaxe da língua, outros são característicos daquilo a que chamaremos as 'instâncias do discurso', isto é, os atos discretos e cada vez únicos pelos quais a língua é atualizada em palavra por um locutor" (1995, p. 277). Segundo o autor, a língua não é um sistema fechado e estático, mas um domínio em que coexistem duas dimensões: de um lado, há regras formais que organizam sua estrutura interna; de outro, há a atualização dessas formas no discurso. Dessa forma, *eu* e *tu* não existem como entidades fixas na língua, mas apenas quando são enunciados, pois fazem parte de um sistema de referência que só se realiza no discurso.

A particularidade da terceira pessoa dentro desse sistema linguístico leva Benveniste a classificá-la como *não-pessoa*. O autor destaca que *eu* e *tu* formam o núcleo do discurso, estabelecendo uma relação direta entre locutor e interlocutor, enquanto a terceira pessoa apresenta-se como um caso à parte, é definida por sua ausência no campo da enunciação. Benveniste observa que a "terceira pessoa" não é uma "pessoa"; é inclusive a forma verbal que tem por função exprimir a 'não-pessoa' (1995, p. 251). Ainda, ele explica que assim, na classe formal dos pronomes, os chamados de 'terceira pessoa' são inteiramente diferentes de eu e tu, pela sua função e pela sua natureza" (1995, p. 282).

A relação entre as categorias de pessoa também se manifesta na organização dos pronomes pessoais. Segundo Benveniste, "não há conceito 'eu' englobando todos os eu que se enunciam a todo instante na boca de todos os locutores;"(1995, p. 288) isso

demonstra que a primeira pessoa do discurso não é um signo fixo, mas um elemento variável que adquire sentido apenas no contexto específico da enunciação. O mesmo ocorre com o *tu*, que só existe em relação ao *eu*. A terceira pessoa, portanto, não se insere na enunciação como os demais pronomes.

A ‘terceira pessoa’ representa de fato o membro não marcado da correlação de pessoa. É por isso que não há truísmo em afirmar que a não-pessoa é o único modo de enunciação possível para as instâncias de discurso que não devam remeter a elas mesmas, mas que predicam o processo de não importa quem ou não importa o que, exceto a própria instância, podendo sempre esse não importa quem ou não importa o que ser munido de uma referência objetiva (Benveniste, 1995, p. 282).

Ao contrário de *eu* e *tu*, que são categorias enunciativas e só existem na relação dialógica, *ele* se define justamente por sua ausência nesse circuito; não aponta para um sujeito da enunciação, mas para um objeto do discurso, podendo referir-se a qualquer entidade, sem que essa entidade tenha uma posição própria dentro do ato enunciativo. Sua função é a de permitir que o discurso se desloque para além da relação enunciador-interlocutor, atribuindo um processo a um referente externo que não está inscrito na dinâmica da interlocução.

Já a Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), desenvolvida por Michael Halliday (2004), constitui um dos mais influentes modelos para a análise da linguagem em uso, ao conceber a gramática como um sistema de opções interligadas funcionalmente. Diferente de abordagens estruturalistas que enfatizam a forma e a estrutura como elementos independentes da função comunicativa, a LSF propõe que a gramática deve ser compreendida como um conjunto de recursos semânticos organizados para atender a propósitos sociais e discursivos. Nesse sentido, Halliday e Matthiessen afirmam que “a análise sistêmica mostra que a funcionalidade é intrínseca à linguagem: ou seja, toda a arquitetura da linguagem é organizada de acordo com linhas funcionais. A linguagem é como é por causa das funções nas quais evoluiu na espécie humana” (2004, p. 31). Essa concepção reforça a ideia de que a estrutura gramatical não é arbitrária, mas surge da necessidade de expressar significado e interagir socialmente, refletindo os diferentes contextos em que é empregada.

A base desse modelo é a concepção da linguagem como composta por três metafunções principais: ideacional, interpessoal e textual. Cada uma dessas metafunções representa uma dimensão essencial do significado e se manifesta

gramaticalmente de maneiras distintas. A metafunção ideacional diz respeito à construção da experiência e à representação do mundo, sendo dividida entre a componente experiencial, que modela eventos e processos, e a componente lógica, que estrutura relações entre essas representações. No nível da oração, essa metafunção se expressa pelo sistema de transitividade, que categoriza processos em materiais, mentais, relacionais, verbais, comportamentais e existenciais, possibilitando uma representação detalhada das ações, estados e relações no discurso. Como destacam Halliday e Matthiessen (2004, p. 61), “o tipo de estrutura segmental, com partes constituintes claramente separadas, tem sido tradicionalmente considerado a norma nas descrições gramaticais;” essa categorização permite que a língua modele a realidade, pois “não há faceta da experiência humana que não possa ser transformada em significado” (2004, p. 29).

A metafunção interpessoal, por sua vez, refere-se às interações sociais e ao posicionamento do falante em relação ao interlocutor. A gramática desempenha um papel fundamental na expressão de atitudes, julgamentos e relações sociais por meio de recursos como a modalidade, a polaridade e o sistema de MOOD. O sistema de MOOD estrutura as orações em declarativas, interrogativas e imperativas, refletindo a intenção comunicativa do falante. Além disso, a modalidade permite expressar graus de certeza, obrigação ou desejo, configurando nuances importantes na interação discursiva. Os autores ressaltam que

A oração na gramática não é apenas uma figura, representando um processo — alguma ação ou acontecimento, fala ou percepção, ser ou ter — com seus vários participantes e circunstâncias; ela é também uma proposição ou uma proposta, pela qual informamos ou questionamos, damos uma ordem ou fazemos uma oferta, e expressamos nossa avaliação e atitude em relação àqueles com quem estamos falando e sobre o que estamos falando (Halliday e Matthiessen, 2004, p. 29).

Essa perspectiva demonstra que a linguagem não apenas descreve ações e eventos, mas também desempenha um papel ativo na construção das interações sociais. O falante, ao escolher determinados recursos gramaticais, não apenas comunica informações objetivas, mas também se posiciona no discurso, demonstrando julgamentos e atitudes em relação ao conteúdo e ao interlocutor. Isso reforça a ideia de que a linguagem é fundamentalmente um processo dinâmico e relacional, onde significado e subjetividade estão intrinsecamente ligados.

Já a metafunção textual diz respeito à organização do discurso, garantindo que as mensagens sejam estruturadas de maneira coesa e coerente dentro de um determinado contexto. Essa metafunção se manifesta gramaticalmente por meio do sistema de tema e rema, da informação dada e nova e de mecanismos de coesão lexical e referencial. A ordem das palavras e a seleção de elementos discursivos desempenham um papel crucial na compreensão textual, permitindo a progressão da informação e a interligação entre os enunciados. De acordo com Halliday e Matthiessen, “essa metafunção pode ser vista como uma função facilitadora, pois tanto a metafunção ideacional quanto a interpessoal dependem da capacidade de construir sequências discursivas, organizando o fluxo discursivo e criando coesão e continuidade” (2004, p. 30).

Os fundamentos teóricos apresentados nesta seção fornecem a estrutura essencial para a análise que se seguirá. A partir dos conceitos envolvidos, torna-se evidente como as escolhas linguísticas e estruturais deixam entrever a presença do enunciador, mesmo em contextos que visam à neutralidade. Mais do que oferecer um panorama das ferramentas discursivas empregadas nos textos analisados, essa abordagem permite aprofundar a compreensão do papel da linguagem na construção das relações entre autor, discurso e leitor. Com essa base consolidada, aborda-se agora a análise dos prefácios, investigando suas dinâmicas e estratégias discursivas.

### 3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

O prefácio da obra *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, evidencia um movimento entre impessoalidade e presença do sujeito. Por meio das escolhas enunciativas, o autor transita entre momentos em que o uso do *eu* se manifesta explicitamente e outros em que busca uma aparente neutralidade, o que se verifica já no primeiro parágrafo:

(01)

Publicado pela primeira vez em 1936, este livro sai consideravelmente modificado na presente versão. Reproduzi-lo em sua forma originária, sem qualquer retoque, seria reeditar opiniões e pensamentos que em muitos pontos deixaram de satisfazer-me. Se por vezes tive o receio de ousar uma revisão verdadeiramente radical do texto – mais valeria, nesse caso, escrever um livro novo – não hesitei, contudo, em alterá-lo abundantemente onde pareceu necessário retificar, precisar ou ampliar sua substância. (HOLANDA, 1948, p.25).

A impessoalidade se constrói, inicialmente, pela escolha sintática de posicionar o livro como sujeito da oração: *publicado pela primeira vez em 1936, este livro sai*

*consideravelmente modificado na presente versão* (grifo nosso). Também no trecho seguinte, *reproduzi-lo em sua forma originária, sem qualquer retoque, seria reeditar opiniões e pensamentos que em muitos pontos deixaram de satisfazer-me*, percebe-se uma tentativa de apagar a presença do enunciador. O uso dos infinitivos *reeditar* e *reproduzir* (*reproduzi-lo*, no texto) confere impessoalidade à construção, na qual o sujeito não pode ser determinado. Da mesma forma, os verbos no infinitivo no trecho *pareceu necessário retificar, precisar* ou *ampliar* são formas claras de indeterminação do sujeito. Em contraste com o uso da terceira pessoa por meio desses recursos, o pronome *me*, ao final da segunda sentença do parágrafo, é o primeiro traço da presença do enunciador. Em seguida, ao dizer *tenho a pretensão de julgar que a análise aqui esboçada [...] não necessitaria ser reformulada*, o autor estabelece uma presença direta no texto, que também ocorre em *por vezes tive o receio de ousar uma revisão verdadeiramente radical do texto – mais valeria, nesse caso, escrever um livro novo – não hesitei*. Nesses casos, a presença da pessoa que enuncia se deve à conjugação verbal: *tive* e *hesitei*, em primeira pessoa.

A alternância entre ausência (uso da terceira pessoa) e presença (uso da primeira pessoa) do enunciador permanece no segundo parágrafo:

(02)

Entretanto, fugi deliberadamente à tentação de examinar, na parte final da obra, alguns problemas específicos sugeridos pelos sucessos deste último decênio. Em particular aqueles que se relacionam com a circunstância da implantação, entre nós, de um regime de ditadura pessoal de inspiração totalitária. Seria indispensável, para isso, desprezar de modo arbitrário a situação histórica que presidiu e de algum modo provocou a elaboração da obra, e isso não me pareceu possível, nem desejável. Por outro lado, tenho a pretensão de julgar que a análise aqui esboçada de nossa vida social e política do passado e do presente não necessitaria ser reformulada à luz dos aludidos sucessos.

Uma observação relevante ao analisar a manifestação do *eu* no segundo parágrafo (02) é a maneira como o autor expõe os temas que optou por não abordar. Na afirmação *fugi deliberadamente à tentação de examinar [...] problemas específicos*, ele não apenas reconhece uma omissão, mas enfatiza que ela foi cuidadosamente planejada e estratégica. O uso do advérbio *deliberadamente* sublinha a intencionalidade da decisão, mostrando que a exclusão não foi fruto do acaso, mas de um ato consciente. Outros advérbios presentes no texto, como *consideravelmente*, reforçam essa perspectiva, funcionando como marcadores linguísticos que deixam transparecer a avaliação e o

posicionamento pessoal do autor, em contraste com trechos em que ele privilegia a impessoalidade.

O trecho *seria indispensável, para isso, desprezar de modo arbitrário a situação histórica* introduz um mecanismo interessante de impessoalização. O uso da expressão *seria indispensável* e do verbo no infinitivo *desprezar* sugere uma imposição externa, afastando a responsabilidade do enunciador. Entretanto, a expressão *de modo arbitrário* reforça um tom crítico, indicando que essa suposta necessidade não é legítima. Ao dizer *e isso não me pareceu possível, nem desejável*, fazendo uso do pronome *me*, o autor estabelece uma presença direta no texto, assim como ocorre em *tenho a pretensão de julgar que a análise aqui esboçada [...] não necessitaria ser reformulada*, em que o verbo *ter* está na primeira pessoa.

O último parágrafo do prefácio (03, a seguir) descreve as mudanças editoriais feitas na obra, utilizando estratégias linguísticas que proporcionam, novamente, o apagamento do *eu* e a indeterminação do sujeito:

(03)

Sobre as mudanças simplesmente exteriores ou formais agora introduzidas no livro, cabem ainda algumas palavras. Dois capítulos, o 3 e o 4, que na primeira edição traziam um título comum – “O passado agrário” –, passaram a chamar-se, respectivamente, “Herança rural” e “O semeador e o ladrilhador”, denominações estas que melhor se ajustam aos conteúdos, pelo menos aos conteúdos atuais, dos mesmos capítulos. As notas complementares, ou destinadas a esclarecimentos de passagem do texto, foram dispostas, de preferência, no pé das respectivas páginas. Somente as mais extensas, e que, de algum modo, podem ser lidas independentemente, ficaram para o fim dos capítulos correspondentes. Para o fim do volume foram todas as simples referências bibliográficas.

A frase inicial, *Sobre as mudanças simplesmente exteriores ou formais agora introduzidas no livro, cabem ainda algumas palavras*, introduz o tema sem indicar quem fez as alterações. O uso do verbo no plural impessoal, *cabem ainda algumas palavras*, contribui para essa ausência de um sujeito determinado. Outro exemplo está na oração *as notas complementares [...] foram dispostas*, na qual o uso da voz passiva contribui para o apagamento do sujeito. Ao empregar essa construção, o autor desvia a atenção de quem realizou a ação, focando apenas no resultado: as notas estavam dispostas.

A leitura do prefácio de *Raízes do Brasil* mostra que a impessoalidade é uma estratégia discursiva, mas não uma regra fixa. Se fazer escolhas é um ato do autor, nada mais natural do que recorrer ao *eu* para expressá-las. Em vários trechos, o autor desloca o foco da enunciação; todavia, quando precisa afirmar suas decisões, justificar escolhas

ou explicitar suas intenções, ele não hesita em recorrer ao uso de *eu*, ressaltando que a sua presença no discurso é intencional e cuidadosamente manejada.

O próximo prefácio analisado pertence à obra *Princípios de Linguística Geral*, de Joaquim Mattoso Câmara Júnior. Ao contrário do primeiro, em que a presença do *eu* é mais evidente, Mattoso Câmara desenvolveu seu texto com uma orientação que privilegia a impessoalidade. Todavia, a escolha de determinadas construções linguísticas, mesmo aquelas que visam a apagar o enunciador, acaba revelando de maneira sutil, porém inequívoca, a presença de julgamentos, avaliações e decisões do autor.

(04)

Ao publicar-se, a convite da Livraria Acadêmica, a 2ª edição destes Princípios de Linguística Geral, cuja 1ª edição está esgotada há muito, foi revisto cuidadosamente o trabalho, pois – como Herculano disse de uma feita – “dez anos não passam de balde para a inteligência humana”. Quanto mais não seja, houve uma viagem de estudos do Autor, de 1943 a 1944, aos Estados Unidos, com um contato direto com grandes figuras da ciência, norte-americanas e europeias, e uma maior experiência didática adquirida com a regência da disciplina de Linguística, na Faculdade Nacional de Filosofia desde 1948. Teve-se o empenho, entretanto, de não modificar o plano do livro e cingi-lo ao assunto que de início nele se focalizou. O subtítulo – “como introdução aos estudos superiores da língua portuguesa” – explica essa limitação intencional de âmbito (CÂMARA JR., 1974, p.3).

Logo no início do prefácio, encontra-se a seguinte construção: *Ao publicar-se, a convite da Livraria Acadêmica, a 2ª edição destes Princípios de Linguística Geral, não se necessita alterar-lhe o conteúdo original.* O *se* vinculado ao verbo *publicar-se* indetermina o sujeito desse período. Contudo, ao afirmar que *não se altera-lhe o conteúdo*, ele insinua uma decisão deliberada de não modificar a obra, o que, por si só, já revela uma escolha subjetiva do enunciador, embora disfarçada sob a impessoalidade da construção.

Outro exemplo aparece mais adiante: *Teve-se o empenho, entretanto, de não modificar o plano do livro e cingi-lo ao assunto que de início nele se focalizou.* A utilização de *teve-se* novamente indetermina o sujeito responsável pela decisão, indicando que não há como identificar quem optou por não modificar o conteúdo do livro, como se fosse uma escolha impessoal. Contudo, a afirmação de que o plano do livro não foi alterado evidencia um posicionamento claro e deliberado do enunciador.

A presença do autor torna-se ainda mais explícita quando ele relata sua trajetória acadêmica: *Quanto mais não seja, houve uma viagem de estudos do Autor, de 1943 a*

1944, aos Estados Unidos, com um contato direto com grandes figuras da ciência, norte-americanas e européias [...] Aqui, o apagamento do sujeito é mantido pelo uso do substantivo *Autor* em vez de *eu*, mas a subjetividade se impõe na maneira como ele apresenta sua experiência, valorizando o contato com intelectuais estrangeiros e reforçando a autoridade de sua obra. A enumeração de feitos acadêmicos não apenas justifica a publicação da nova edição, mas também constrói uma credibilidade que está longe da neutralidade.

Em outra passagem, o livro é apresentado como sujeito da avaliação:

(05)

A razão é simples. Êste livro não quer ser a rigor um roteiro para os estudos linguísticos e sim firmar os princípios que se podem dizer válidos na ciência da linguagem. Não foram – é verdade – poupadas as citações, e o Autor não se arrepende disso. Como singelo expositor didático, quis explicitamente apoiar-se nas grandes obras e idéias que vigoram na lingüística contemporânea. Assim, entrega-se ao público a 2ª edição deste modesto compêndio, que continua a ser o único existente em língua portuguesa, embora o Autor seja o primeiro a reconhecer que não faltam mestres, em Portugal e no Brasil, muito mais dedicados do que ele para arcar com a tarefa.

Em *Este livro não quer ser um rigor um roteiro para os estudos linguísticos e sim firmar os princípios que se podem dizer válidos na ciência da linguagem*, Ao optar por tomar o livro como sujeito, o autor evita explicitamente se posicionar, indicando que a intenção de não ser um simples roteiro parte do próprio conteúdo da obra. No mesmo parágrafo, ao descrever sua obra, o autor usa o adjetivo *modesto* para qualificar o trabalho: *entrega-se ao público a 2ª edição deste modesto compêndio*. A palavra *modesto* é uma escolha interessante, pois, enquanto tenta atenuar a grandiosidade da obra, ela acaba revelando a postura do autor sobre o valor de sua própria criação.

No final do seu prefácio, Mattoso Câmara reflete sobre sua obra com a afirmação: *não foram – é verdade – poupadas as citações, e o Autor não se arrepende disso*. Ao se referir a si mesmo como *o Autor*, ele recorre novamente à estratégia de distanciamento, evitando o uso da primeira pessoa do singular. No entanto, mesmo adotando essa construção impessoal, a subjetividade permanece evidente. A expressão *não se arrepende* deixa claro o posicionamento do autor em relação a suas escolhas e declarações, sem disfarçar a sua perspectiva pessoal.

Portanto, mesmo sem empregar diretamente o pronome *eu*, Mattoso Câmara imprime sua subjetividade em todo o prefácio, seja pela seleção vocabular, pela estruturação argumentativa ou pela forma como conduz a justificativa para a nova edição. Apesar de sua tentativa de se distanciar da primeira pessoa, é possível perceber

seus desejos, decisões e posicionamentos claros; é a visão pessoal de Mattoso Câmara que predomina, demonstrando que a impessoalidade pretendida não apaga sua presença no discurso.

No prefácio de *Gramática do Português Falado Volume VII: Novos Estudos*, assinado por Maria Helena de Moura Neves, observa-se uma construção discursiva que equilibra cuidadosamente a impessoalidade típica da escrita acadêmica – com a presença predominante de um sujeito coletivo – e as inserções pessoais da autora. O trecho que segue é o primeiro parágrafo desse prefácio:

(06)

Este volume traz o resultado dessa série de pesquisas que acima se resumiram, constituindo o repositório de dois anos de investigação das diversas equipes, mas ele tem, ainda, um significado muito especial dentro da história da vivência do grande grupo. Dedicados a suas investigações, como se de cada um dependesse a gramática referencial do português falado culto no Brasil, no entanto todos os colegas de trabalho do Projeto GPF desenvolveram um notável espírito de união, enriquecendo a interação pessoal e criando uma comunidade de fortes sentimentos. Isso não apenas se deveu à amizade que, naturalmente, cada vez mais foi unindo a todos, indiscriminadamente, mas se deveu, muito especialmente, ao papel de alguns elementos dotados de especial força de aglutinação e brilho pessoal, que funcionaram como pólos intensificadores de relações positivas (NEVES, 1999, p.25).

Desde o início do parágrafo, identificam-se marcas linguísticas que sustentam a construção da impessoalidade e reforçam a noção de um trabalho coletivo: *Este volume traz o resultado dessa série de pesquisas que acima se resumiram, constituindo o repositório de dois anos de investigação das diversas equipes*. Aqui, *este volume* é classificado como o sujeito da oração, enquanto a referência a *diversas equipes* destaca a natureza colaborativa da autoria, deslocando o foco para o processo e os resultados do trabalho conjunto. Na continuação deste trecho, encontra-se novamente a construção de um sujeito coletivo, mas, agora, articulada com a sutileza da subjetividade autoral. Ao se referir ao *grande grupo*, a autora evoca a ideia de uma coletividade que compartilha experiências e objetivos, mas, ao mesmo tempo, deixa transparecer uma perspectiva pessoal. A formulação *ele tem, ainda, um significado muito especial dentro da história da vivência do grande grupo* sugere uma dimensão subjetiva, ao valorizar aspectos emocionais e históricos do trabalho. O uso do adjetivo *especial*, combinado com a expressão *história da vivência do grande grupo*, denota uma avaliação que reflete um ponto de vista singular, ainda que conectado ao contexto coletivo.

Ademais, a construção de um sujeito coletivo se intensifica na descrição do espírito de união entre os membros do projeto. Períodos como *todos os colegas de*

*trabalho do Projeto GPF desenvolveram um notável espírito de união, enriquecendo a interação pessoal e criando uma comunidade de fortes sentimentos* remetem a uma identidade compartilhada, que transcende as contribuições individuais. Aqui, a autora utiliza a terceira pessoa do plural (*todos os colegas de trabalho*) para enfatizar a coletividade, mas o uso de qualificadores como *notável espírito de união* e *fortes sentimentos* revela uma dimensão valorativa e afetiva.

A afetividade se intensifica na última parte do prefácio, quando a autora se refere a uma colega em particular:

(07)

Falo, especialmente, de Giselle Machline de Oliveira, que transitava como preferida, tanto para simples papos como para atuação em pesquisa, dentro de todos os grupos. Todos sempre achavam que tinham o que aprender com ela, e esperavam dela, inclusive, lições de vida, distribuídas, sem negaceamento, a cada frase, a cada palavra, a cada gesto e atitude.

Neste trecho, o texto de Maria Helena de Moura Neves ganha um tom claramente afetivo, marcado tanto pelo uso explícito da primeira pessoa quanto pela abordagem memorialista em homenagem a Giselle Machline de Oliveira. A impessoalidade que caracteriza a escrita acadêmica cede espaço para uma subjetividade plenamente assumida, justificada pelo contexto emocional da perda de uma das autoras que integravam a obra. O uso da primeira pessoa é introduzido em *Falo, especialmente, de Giselle Machline de Oliveira*, o que traz a presença direta da autora no texto. Aqui, o *eu* atua como um ponto de ancoragem que conecta a voz da autora à homenagem e à narrativa. Ainda assim, a noção de sujeito coletivo continua forte no discurso, como observado em *todos sempre achavam que tinham o que aprender com ela e esperavam dela, inclusive, lições de vida*. O uso de *todos* e *achavam* reforça a ideia de um grupo compartilhando percepções e experiências em relação a Giselle; essas construções destacam como a coletividade está posicionada no texto.

O trecho seguinte do prefácio mantém o equilíbrio entre o foco na coletividade e a presença de subjetividade individual, evidenciada por escolhas linguísticas específicas:

(08)

De Giselle, um outro amigo, Hudinilson Urbano, diz que “tinha sensibilidade e carinho à flor da pele”. E isso foi o que, mais que tudo, nos marcou. Foi ela que simbolizou a dor da perda que o grupo teve com o passamento do colega Fernando Tarallo, em 1994: a força de sua dor era bem a amostra do quanto ela era o próprio grupo. Agora estamos nós editando este volume VII da Gramática do Português Falado em homenagem a Giselle Machline de oliveira, “extraordinária

cientista, colega, amiga, mulher e mãe” (como lhe chama o Hudinilson), falecida em 2 de abril de 1996. Faz parte do livro o último trabalho que ela produziu e apresentou dentro do grupo, trabalho que tive o privilégio de debater, no nosso seminário de 1995, em Campos de Jordão. Preparado para publicação por sua grande amiga Maria Luiza Braga, ele está aqui enriquecendo este volume VII, e adiando para o próximo volume a grande lacuna que agora se instalará no âmbito das produções do grupo.

A menção a Hudinilson Urbano, com a caracterização *tinha sensibilidade e carinho à flor da pele*, introduz um novo ponto de vista e reforça a percepção do sujeito coletivo, sendo *nos marcou* uma construção que inclui a autora como parte do grupo. Outro ponto relevante é o papel dado à coletividade na construção discursiva de *Agora estamos nós editando este volume VII*. O uso de *estamos* como forma verbal e do pronome *nós* reforça a ideia de um esforço conjunto do grupo na continuidade do trabalho, ao mesmo tempo em que destaca a inclusão da autora como parte ativa desse coletivo. Ao avançar, há uma mudança para o âmbito individual com *trabalho que tive o privilégio de debater, no nosso seminário de 1995, em Campos de Jordão*. O verbo *tive*, em primeira pessoa, aponta para a experiência pessoal da autora, enquanto o possessivo *nosso* retoma a ideia do grupo. Essa oscilação entre o individual e o coletivo demonstra como a autora posiciona-se de forma controlada, sem abandonar a conexão com o grupo.

O último parágrafo do prefácio de Maria Helena de Moura Neves apresenta uma construção discursiva que transita entre a impessoalidade e a subjetividade, equilibrando o tom formal acadêmico com a intervenção pessoal justificada pelo contexto afetivo:

(09)

Na própria homenagem que aqui lhe fazemos, com toda a nossa força de amigos e admiradores cativos, vai notar-se que ficará faltando aquela fibra que só uma homenagem que ela própria – Giselle – encabeçasse conseguiria ter. Afinal, na amizade não se herda, e não somos mais que pálidos discípulos, que, acima de tudo, a ela agradecemos as inesquecíveis lições de caráter e de vida que nos deu.

O trecho começa com uma formulação que enfatiza o coletivo, como em *na própria homenagem que aqui lhe fazemos, com toda a nossa força de amigos e admiradores cativos*, onde o uso do pronome *nós* consolida o sujeito coletivo e reforça a ideia de um esforço conjunto. Além disso, essa estrutura confere ao discurso um caráter impessoal e colaborativo, adequado às convenções da escrita acadêmica. Entretanto, a avaliação contida em *ficará faltando aquela fibra que só uma homenagem que ela própria – Giselle – encabeçasse conseguiria ter* rompe a distância da impessoalidade, revelando uma perspectiva mais subjetiva. A metáfora de *fibra* e a menção direta a

Giselle destacam a singularidade de sua contribuição e o impacto de sua ausência no grupo. Conforme o parágrafo avança, a subjetividade da autora torna-se ainda mais evidente. A construção *não somos mais que pálidos discípulos, que, acima de tudo, a ela agradecemos as inesquecíveis lições de caráter e de vida que nos deu* abandona as estratégias de impessoalidade e reforça o reconhecimento da influência marcante de Giselle tanto no âmbito acadêmico quanto pessoal. Ao mencionar *a ela agradecemos*, a autora centraliza sua própria perspectiva e a do grupo, reconhecendo que, embora a homenagem seja coletiva, ela é permeada por experiências individuais. Assim, o parágrafo conclui reafirmando a coexistência da impessoalidade e da subjetividade no discurso acadêmico: a impessoalidade se estabelece como marco do gênero, mas é estrategicamente rompida para dar espaço a uma manifestação pessoal contextualizada e significativa, especialmente em situações extraordinárias como essa.

A escrita acadêmica frequentemente navega entre a busca pela objetividade e a inevitável manifestação de subjetividade do autor, como demonstram as análises dos prefácios de Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, de Joaquim Mattoso Câmara Júnior, em *Princípios de Linguística Geral* e de Maria Helena de Moura Neves, em *Gramática do Português Falado Volume VII: Novos Estudos*. À luz das teorias de Benveniste (1995) e Halliday (2004), é possível compreender como as escolhas linguísticas nesses textos revelam diferentes estratégias de posicionamento autoral, seja pela oscilação entre impessoalidade e presença explícita do enunciador, seja pela tentativa de disfarçar, mas nunca suprimir completamente, a subjetividade.

No prefácio de Sérgio Buarque de Holanda, observa-se a utilização de recursos que atenuam a presença do sujeito, como construções em infinitivo e na voz passiva. Essas escolhas destacam a metafunção ideacional, que organiza o discurso ao apresentar processos e seus participantes sem focar diretamente no enunciador. No entanto, mesmo em estruturas impessoais, a presença subjetiva do autor transparece em determinados trechos, onde decisões e justificativas editoriais são assumidas. Benveniste esclarece que “a linguagem é de tal forma organizada que permite a cada locutor apropriar-se da língua toda designando-se como eu” (Benveniste, 1995, p. 288). Assim, a apropriação do eu é inevitável, sendo reforçada nos momentos em que Holanda opta pela primeira pessoa para assumir seu papel de agente do discurso. Simultaneamente, a metafunção interpessoal se manifesta na interação estabelecida com o leitor, principalmente ao evidenciar as motivações do autor de forma intencional.

Já Joaquim Mattoso Câmara Júnior privilegia a impessoalidade em seu discurso, especialmente ao adotar índices de indeterminação e estruturas que sugerem neutralidade, como na repetição de *teve-se* e no uso de locuções que deslocam o foco do agente da ação. Essa estratégia reflete uma predominância da metafunção textual, que organiza o fluxo informacional para sustentar a impressão de objetividade e coesão. Contudo, Benveniste nos lembra que a terceira pessoa, mesmo associada à ideia de *não-pessoa*, é marcada por escolhas subjetivas. Quando Mattoso Câmara apresenta sua trajetória acadêmica como elemento de legitimação, ou utiliza termos avaliativos para qualificar sua obra, como *modesto compêndio*, a metafunção interpessoal se manifesta. Aqui, sua avaliação pessoal se insinua, confirmando que a tentativa de apagar o sujeito enunciador não elimina completamente a subjetividade.

Por sua vez, o prefácio de Maria Helena de Moura Neves se destaca pela habilidade em equilibrar as três metafunções da linguagem de Halliday. A metafunção ideacional aparece na construção de um sujeito coletivo em trechos como *todos os colegas de trabalho desenvolveram um notável espírito de união*. A coletivização do discurso reforça a representação das experiências e contribuições do grupo. No entanto, ao inserir a primeira pessoa em *Falo, especialmente, de Giselle*, a autora evidencia sua subjetividade, justificando a escolha pelo contexto afetivo. Essa apropriação do discurso pela autora exemplifica o que Benveniste descreve sobre o ato de designar-se como eu, essencial para a construção do sujeito enunciador. A metafunção interpessoal também é forte nesse prefácio, especialmente na maneira como Maria Helena organiza a relação entre a coletividade e sua perspectiva pessoal. Por fim, a metafunção textual organiza o discurso memorialista, conectando elementos emocionais e científicos de forma coesa e fluida.

A análise dos três prefácios demonstra que, mesmo sob a norma da impessoalidade, a presença do sujeito enunciador se manifesta de forma inevitável, reafirmando que a escrita acadêmica é, também, um espaço de negociação entre neutralidade e subjetividade. A teoria de Benveniste mostra que a linguagem possibilita ao locutor apropriar-se do discurso como *eu*, enquanto Halliday evidencia, pelas metafunções da linguagem, como as escolhas discursivas estruturam essa presença em níveis ideacional, interpessoal e textual. Seja pela oscilação entre coletivo e individual, como em Maria Helena de Moura Neves, pela construção de um discurso aparentemente neutro, como em Mattoso Câmara, ou pela alternância entre distanciamento e protagonismo, como em Sérgio Buarque, os três textos confirmam que a tentativa de

eliminar o enunciador no discurso é um efeito estilístico e não uma realidade. Nesse sentido, a escrita acadêmica se apresenta como uma prática que não apenas comunica informações, mas também reflete as intencionalidades, os contextos e as escolhas de quem escreve.

#### 4 CONCLUSÃO E PERSPECTIVAS

Concluir um trabalho que analisa tão profundamente a relação entre impessoalidade e subjetividade no discurso acadêmico é reconhecer que a escrita científica é, ao mesmo tempo, um espaço de construção de convenções e de manifestação do sujeito. Este estudo não apenas desnudou as estratégias linguísticas por trás da aparente neutralidade, mas também revelou como cada escolha feita pelo enunciador carrega intencionalidades que moldam o texto em sua forma e essência. Os prefácios analisados, em particular, aparecem como territórios únicos onde o autor transita entre a busca pela objetividade e a inevitável presença de sua subjetividade, comprovando que a linguagem acadêmica é tão humana quanto técnica.

Como afirma Michel Foucault (1996, p. 9), “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta; o poder do qual queremos nos apoderar”. No contexto da escrita acadêmica, isso significa que cada escolha feita pelos autores – do tom à estrutura – é um ato carregado de intencionalidade, que busca legitimar e consolidar o lugar do enunciador mesmo sob o disfarce da impessoalidade. Ao lidar com convenções que exigem a neutralidade, os autores não apenas reproduzem regras do gênero, mas também as desafiam, ao reinscreverem sua subjetividade em camadas sutis de significado.

A partir das reflexões teóricas de Benveniste e Halliday, este trabalho demonstrou que o *eu* do autor nunca é inteiramente suprimido. Os prefácios de Sérgio Buarque de Holanda, Joaquim Mattoso Câmara Júnior e Maria Helena de Moura Neves ilustraram que, em diferentes graus, a presença do autor é articulada por estratégias discursivas que não apenas dialogam com as normas acadêmicas, mas que também as tensionam e ressignificam.

Por fim, conclui-se que a escrita acadêmica é, em última instância, uma prática de equilíbrio. Ela procura atender às demandas de credibilidade e universalidade, mas sem jamais perder a marca inegável de sua autoria. O discurso, mesmo impessoal, nunca é

neutro; ele carrega os valores, contextos e perspectivas do enunciador, reafirmando que a objetividade científica é sempre construída em diálogo com a subjetividade humana. Assim, este trabalho não apenas contribui para a compreensão de como a linguagem opera nesses espaços híbridos, mas também convida o leitor a repensar o papel do sujeito na ciência, reconhecendo que, em cada linha escrita, há um autor que nunca pode ser inteiramente apagado.

## REFERÊNCIAS

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri; revisão do Prof. Isaac Nicolau Salum. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 1995.

CORACINI, M. J. R. F. **Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da ciência**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2007.

CUNHA, C.; CINTRA. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. **An introduction to functional grammar**. 3° ed. London: Arnold, 2004.

ALVES, R. **Filosofia da Ciência: introdução ao jogo e suas regras** (13a ed.). São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. Trad. Laura F. de Almeida Sampaio. Loyola. São Paulo, 1996.

CÂMARA JR, Joaquim Mattoso. **Princípios de linguística geral: como introdução aos estudos superiores da língua portuguesa**. Revisado e ampliado. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1974.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1948. p. 25-26.

NEVES, Maria Helena de Moura (Org.). **Gramática do Português Falado – Volume VII: Novos Estudos**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP; Campinas: Editora da Unicamp, 1999.